

AGRADECIMENTOS

Os japoneses, nascidos ou educados no Japão, e que viviam nos Estados Unidos durante os anos de guerra, viram-se colocados numa posição bastante difícil. Foram alvo da desconfiança de muitos americanos. Tenho, portanto, grande prazer em dar testemunho de seu auxílio e amabilidade durante o período em que estive reunindo material para este livro. Sou-lhes muito grata, especialmente ao meu colega de tempo de guerra, Robert Hashima. Nascido neste país e educado no Japão, decidiu voltar para os Estados Unidos em 1941. Foi internado num campo de recolocação de guerra e eu fiquei conhecendo-o quando veio trabalhar em Washington nos órgãos de guerra dos Estados Unidos.

Agradeço também ao Serviço de Informação de Guerra, cujo relatório de que me incumbiu constitui este livro; particularmente, o Professor George E. Taylor, Vice-Diretor para o Extremo-Oriente, ao Comandante Alexander H. Leighton, MC-USNR, que chefiava a Divisão de Análise Moral Estrangeira.

Quero agradecer também àqueles que leram este livro total ou parcialmente: Comandante Leighton, Professor Clyde Kluckhohn e o Dr. Nathan Leites, todos pertencentes ao Serviço de Informação de Guerra durante o período em que estive trabalhando no Japão, tendo me ajudado de muitas maneiras; Professor Conrad Arensberg, Dra. Margaret Mead, Gregory Bateson e E. H. Norman. Agradeço a todos por sugestões e auxílio.

RUTH BENEDICT

A AUTORA deseja agradecer aos seguintes editores, que lhe permitiram fazer citações extraídas de suas publicações: D. Appleton-Century Company, Inc., de *Behind the Face of Japan*, de Upton Close; Edward Arnold and Company, de *Japanese Buddhism*, de Sir Charles Eliot; The John Day Company, Inc., de *My Narrow Isle*, de Sumie Mishima; J. M. Dent and Sons, Ltd., de *Life and Thought of Japan*, de Yoshisabura Okakura; Doubleday and Company, de *A Daughter of the Samurai*, de Etsu Inagaki Sugimoto; Penguin Books, Inc., e o *Infantry Journal* de um artigo pelo Coronel Harold Doud, em *How the Jap Army Fights*; Jarrolds Publishers (London), Ltd., de *True Face of Japan*, de K. Nohara; The Macmillan Company, de *Buddhist Sects of Japan*, de E. Oberlin Steinilber e de *Japan: An Attempt at Interpretation*, de Lafcadio Hearn; Rinehart and Company, Inc., de *Japanese Nation*, de John F. Embree e a University of Chicago Press, de *Suye Mura*, de John F. Embree.

1. MISSÃO: JAPÃO

Os japoneses foram os inimigos mais hostis jamais enfrentados pelos Estados Unidos numa guerra total. Em nenhuma outra guerra travada contra um adversário poderoso fora necessário levar em consideração hábitos tão extremadamente diversos de agir e de pensar. Como a Rússia czarista, que em 1905 nos antecedeu, combatíamos uma nação completamente armada e treinada que não pertencia à tradição cultural ocidental. As convenções de guerra, que as nações ocidentais aceitaram como fatos consagrados da natureza humana, obviamente não existiam para os japoneses. A guerra no Pacífico constituiu-se, por isso mesmo, em algo mais do que uma série de desembarques em praias de ilhas, em algo mais

do que insuperado problema de logística. Transformou-se antes de mais nada num problema concernente à própria natureza do inimigo. Teríamos de entender sua conduta, a fim de poder combatê-lo.

As dificuldades foram grandes. Durante os setenta e cinco anos que se seguiram à abertura das portas do Japão, os japoneses vêm sendo incluídos na mais fantástica série de “mas também” jamais empregada com relação a qualquer nação do mundo. Quando um observador sério escreve a respeito de outros povos afora os japoneses, considerando-os de uma cortesia nunca vista, é pouco provável que acrescente “mas também insolentes e autoritários”. Quando disser que o povo de determinada nação é de uma incomparável rigidez de conduta, não há de acrescentar “mas também se adaptam prontamente a inovações extremas”. Quando considerar um povo submisso, não há de assinalar além disso que não se sujeita facilmente a um controle de cima. Quando os declarar leais e generosos, não advertirá “mas também traiçoeiros e vingativos”. Quando disser que são verdadeiramente bravos, não discorrerá sobre a sua timidez. Quando afirmar que agem sem atentar para a opinião alheia, não observará em seguida que têm uma consciência verdadeiramente terrificante. Quando descrever a disciplina de robôs do seu exército, não se deterá a seguir sobre a maneira como os soldados tomam os freios nos dentes, chegando inclusive à insubordinação. Quando se referir a um povo que se devota apaixonadamente à cultura ocidental, não se expandirá sobre o seu ardoroso conservadorismo. Quando escrever um livro sobre uma nação onde vigora um culto popular de esteticismo, que confere honrarias a atores e artistas, esbanjando arte no cultivo de crisântemos, tal obra não terá de ser completada por uma outra, dedicada ao culto da espada e à ascendência máxima do guerreiro.

Todas essas contradições constituem-se, todavia, na própria tessitura dos livros sobre o Japão. São verdadeiras. Tanto a espada como o crisântemo fazem parte do quadro geral. Os japoneses são, no mais alto grau, agressivos e amáveis, militaristas e estetas, insolentes e corteses, rígidos e maleáveis, submissos e rancorosos, leais e traiçoeiros, valentes e tímidos, conservadores e abertos aos novos costumes. Preocupam-se muito com o que os

outros possam pensar de sua conduta, sendo também acometidos de sentimento de culpa quando os demais nada sabem do seu deslize. Seus soldados são disciplinados ao extremo, porém, são igualmente insubordinados.

Quando se tornou extremamente importante para a América compreender o Japão, essas contradições e muitas outras igualmente clamorosas não puderam ser postas de lado. As crises se sucediam diante de nós. O que fariam os japoneses? Seria possível capitulação sem invasão? Deveríamos bombardear o Palácio do Imperador? O que poderíamos esperar dos prisioneiros de guerra japoneses? O que poderíamos dizer em nossa propaganda para os soldados japoneses e sua pátria que pudesse salvar as vidas de americanos e abater a intenção japonesa de lutar até o último homem? Verificaram-se violentos desentendimentos entre os que melhor conheciam os japoneses. Quando viesse a paz, seriam eles um povo que precisasse de uma lei marcial perpétua para mantê-los em ordem? Teria nosso exército de se preparar para travar desesperados combates em cada reduto das montanhas do Japão? Teria de haver uma revolução no Japão do gênero da Francesa ou da Russa, antes que fosse possível a paz internacional? Quem a comandaria? A alternativa estaria na erradicação dos japoneses? Faria uma diferença enorme quais fossem nossos julgamentos.

Em junho de 1944, recebi o encargo de estudar o Japão. Pediram-me que utilizasse todas as técnicas que pudesse, como antropóloga cultural, a fim de decifrar como seriam os japoneses. No início daquele verão, nossa grande ofensiva contra o Japão começava a se revelar na sua verdadeira magnitude. Muita gente nos Estados Unidos ainda dizia que a guerra com o Japão duraria mais três anos, ou talvez dez. No Japão, falava-se numa centena de anos. Os americanos, dizia-se entre os japoneses, tinham tido vitórias locais, mas a Nova Guiné e as Ilhas de Salomão ficavam a milhares de quilômetros de suas ilhas natais. Seus comunicados oficiais dificilmente reconheciam derrotas navais e o povo japonês ainda se considerava como vitorioso.

Em junho, entretanto, a situação começou a mudar. Abrira-se uma segunda frente na Europa e a prioridade militar que o Alto Comando concedera ao teatro europeu durante dois anos e meio tinha sido resgatada. O fim da

guerra contra a Alemanha estava próximo. No Pacífico, nossas forças desembarcaram em Saipan numa grande operação, prevendo a derrota final japonesa. Dali por diante, nossos soldados iriam enfrentar o exército japonês em pontos cada vez mais próximos. E sabíamos perfeitamente, a exemplo dos combates em Nova Guiné, Guadalcanal, Burma, Attu, Tarawa e Biak, que enfrentávamos um adversário formidável.

Em junho de 1944, tratava-se, portanto, de responder a uma multidão de perguntas sobre o nosso inimigo, o Japão. Quer o assunto fosse militar ou diplomático, quer fosse suscitado por questões de alta política ou de volantes a serem lançados detrás das linhas de frente japonesas, todos os dados eram importantes. Na guerra total em que se empenhava o Japão, tínhamos de saber não apenas os objetivos e os motivos dos que se achavam no poder em Tóquio, não apenas a longa história do Japão, não apenas as estatísticas econômicas e militares; tínhamos de saber com o que o seu governo poderia contar da parte do povo. Teríamos de tentar compreender os hábitos japoneses de pensamento e emoção e os padrões em que se enquadravam tais hábitos. Teríamos de conhecer as sanções por trás desses atos e opiniões. Teríamos de pôr momentaneamente de lado as premissas sobre as quais baseávamos nossas ações como americanos e abstermos-nos o mais possível de chegar à fácil conclusão de que, ante uma determinada situação, reagiríamos do mesmo modo que eles.

Minha missão era difícil. A América e o Japão estavam em guerra e a tendência em tal circunstância é condenar indiscriminadamente, sendo, portanto, ainda mais difícil descobrir como o inimigo encara a vida. No entanto, não me restava outra alternativa. Urgia saber como os japoneses se comportariam e não como nos comportaríamos se estivéssemos em seu lugar. Procuraria utilizar a conduta japonesa na guerra como uma base para compreendê-los, e não como uma tendência. Teria de observar a maneira como conduziam a guerra, e considerá-la, por ora, não como um problema militar, e sim como um problema cultural. Na guerra, como na paz, os japoneses revelavam-se ao agir. Que indicadores de sua maneira de viver e de pensar deixariam transparecer através da maneira de guerrear? Os métodos de seus

comandantes de atizar o espírito guerreiro, de reanimar os desmoralizados, de empregar os soldados em campanha — tudo isso demonstrava o que eles próprios consideravam como os pontos fortes de que se poderiam valer. Cumpria-me acompanhar os pormenores da guerra e verificar como os japoneses revelavam-se a cada instante.

O fato de nossos dois países estarem em guerra suscitava, inevitavelmente, uma séria desvantagem. Simplesmente teria eu de abrir mão da mais importante técnica do antropólogo cultural: o trabalho de campo. Não poderia ir ao Japão, viver nos seus lares e testemunhar as tensões e esforços da vida diária, ver com os meus olhos o que era crucial e o que não era. Não poderia segui-los no complicado processo de chegar a uma decisão. Não poderia ver seus filhos sendo educados. A única pesquisa de campo antropológica, realizada numa aldeia japonesa — *Suye Mura*, de John Embree — era valiosíssima, porém muitas das questões acerca do Japão, com que nos defrontávamos em 1944, não tinham sido propostas quando aquele estudo fora preparado.

Como antropóloga cultural, a despeito dessas grandes dificuldades, confiava em certas técnicas e postulados que poderiam ser usados. Pelo menos não estaria obrigada a abster-me da confiança do antropólogo no contato face a face com o povo que se está estudando. Havia numerosos japoneses neste país que haviam sido criados no Japão e eu poderia interrogá-los sobre os fatos concretos de suas experiências, descobrir como eles se avaliavam, preenchendo, graças às suas descrições, muitas lacunas em nosso conhecimento, o que me parecia essencial, como antropóloga, para a compreensão de qualquer cultura. Outros cientistas sociais, que estudavam o Japão, estavam utilizando bibliotecas, analisando ocorrências passadas ou estatísticas, acompanhando a marcha dos acontecimentos através da palavra escrita ou falada da propaganda japonesa. Parecia-me, no entanto, que muitas das respostas que procuravam estavam contidas nas normas e nos valores da cultura japonesa e que poderiam ser mais satisfatoriamente encontradas, explorando essa cultura mediante pessoas que a tivessem vivido realmente.

Isto não significa que eu não tivesse realizado leituras, ou mesmo, que não devesse muito aos ocidentais

que viveram no Japão. A extensa literatura sobre os japoneses e o grande número de atentos observadores ocidentais que viveram no Japão proporcionaram-me uma vantagem não possuída pelo antropólogo que se dirige às cabeceiras do Amazonas ou às serranias da Nova Guiné, a fim de estudar uma tribo iletrada. Sem possuir linguagem escrita, estas tribos não puderam confiar auto-revelações ao papel. Os comentários de ocidentais são poucos e superficiais. Ninguém conhece sua história passada. O trabalhador de campo precisará descobrir, sem qualquer auxílio de estudos precedentes, como funciona sua vida econômica, como se estratifica a sua sociedade, o que é predominante na sua vida religiosa. Ao estudar o Japão, fui a herdeira de muitos estudiosos. Descrições de pequenos detalhes de vida encontravam-se em meio a anotações de antiquários. Homens e mulheres da Europa e da América haviam registrado suas experiências vividas e os próprios japoneses escreveram auto-revelações realmente extraordinárias. Ao contrário de muitos povos orientais, manifestam um grande impulso de se expressarem através da escrita. Escreveram sobre os fatos triviais de suas vidas, como também a respeito de seus programas de expansão mundial. Mostraram-se espantosamente francos. Está claro que não apresentaram o quadro completo. Nenhum povo o faz. Um japonês que escreve sobre o Japão deixa passar coisas verdadeiramente cruciais que lhe são tão familiares e invisíveis quanto o ar que respira. O mesmo sucede com os americanos, quando escrevem sobre a América. Ainda assim, porém, os japoneses amam a auto-revelação.

Li esta literatura como Darwin diz que leu, quando se achava elaborando suas teorias acerca da origem das espécies, tomando nota daquilo que não tinha meios de compreender. O que precisaria eu saber a fim de entender a justaposição de idéias num discurso no Congresso? O que haveria por trás de sua violenta condenação de algum ato que parecesse escusável e a sua fácil aceitação de outro que parecesse ultrajante? Li, formulando-me sempre a seguinte questão: O que “está errado com este quadro”? O que precisaria eu saber, a fim de compreendê-lo?

Assisti também a filmes que haviam sido escritos e produzidos no Japão — filmes de propaganda, filmes

históricos e filmes sobre a vida contemporânea em Tóquio e nas aldeias. Comentei-os posteriormente com japoneses que haviam visto alguns desses filmes no Japão e que, pelo menos, viam o herói, a heroína e o vilão como os japoneses o viam e não como eu os via. Quando eu me desorientava, era claro que o mesmo não acontecia com eles. Os enredos, as motivações não eram como eu os via; seu significado estava relacionado com a maneira como o filme fora construído. Quanto às novelas, havia muito mais diferença do que poderia parecer entre o que significavam para mim e o que significavam para os educados no Japão. Alguns desses japoneses rapidamente acorriam em defesa das convenções japonesas, enquanto outros odiavam tudo o que fosse japonês. É difícil dizer de qual dos dois grupos aprendi mais. No quadro íntimo que forneceram de como se levava a vida no Japão houve consonância, quer o aceitassem prazerosamente, quer o rejeitassem com amargor.

Tão só recorra o antropólogo ao povo da cultura que esteja estudando, à cata de seu material e de seus vestígios, estará procedendo de forma idêntica aos mais capazes observadores ocidentais que viveram no Japão. Se isto era tudo o que um antropólogo tinha a oferecer, então pouco poderia acrescentar aos valiosos estudos do Japão feitos por habitantes estrangeiros. O antropólogo cultural, entretanto, dispõe de certas habilitações, resultantes de sua formação, que o motivam a acrescentar a sua própria contribuição num campo rico em estudiosos e observadores.

O antropólogo conhece muitas culturas da Ásia e do Pacífico. Há muitas disposições sociais e hábitos de vida no Japão com correspondentes próximos nas tribos primitivas das ilhas do Pacífico. Alguns destes correspondentes encontram-se na Malásia, outros na Nova Guiné, outros na Polinésia. Evidentemente, é interessante verificar se isto será indício de antigas migrações ou contatos, mas este problema de possível relação histórica não constituiu a razão por que o conhecimento dessas similaridades culturais foi valioso para mim. Foi útil conhecê-las porque eu sabia como essas instituições funcionavam nessas culturas mais simples, e, dessa forma, pude obter indicações da vida japonesa através da semelhança ou diferença que encontrava. Conhecia também algo sobre o

Sião, a Birmânia e a China no continente asiático, e pode, portanto, comparar o Japão com outras nações que fazem parte da sua grande herança cultural. Os antropólogos demonstraram de sobejo nos seus estudos de povos primitivos quão valiosas podem ser essas comparações culturais. Uma tribo poderá compartilhar noventa por cento de seus hábitos formais com as suas vizinhas e, no entanto, tê-los readaptado, de molde a que se ajustem a um modo de vida e um conjunto de valores que não seja compartilhado com povo algum circunvizinho. Durante esse processo talvez tenha de rejeitar algumas disposições fundamentais que, embora pequenas em proporção ao todo, mudam seu curso de desenvolvimento futuro em uma direção específica. Nada é mais proveitoso para o antropólogo do que estudar os contrastes que descobre entre povos que, de um modo geral, compartilham de muitas características.

Os antropólogos também tiveram de se acostumar com as diferenças máximas entre sua própria cultura e uma outra, e as suas técnicas precisaram ser aperfeiçoadas para enfrentar particularmente este problema. Sabem por experiência própria que existem grandes diferenças nas situações que homens de diferentes culturas têm de enfrentar e na maneira pela qual diferentes tribos e nações definem os significados dessas situações. Em alguma aldeia do Ártico ou em um deserto tropical depararam com disposições tribais de responsabilidade de parentesco ou permuta financeira que seriam incapazes de supor nos seus momentos de mais fértil imaginação. Tiveram de investigar, não apenas os detalhes de parentesco ou permuta, mas também as conseqüências de tais disposições na conduta da tribo e de que modo cada geração foi condicionada, desde a infância, a conduzir-se como os seus ancestrais o haviam feito antes deles.

Esta preocupação profissional com diferenças, seu condicionamento e suas conseqüências, bem poderia ser empregada no estudo do Japão. Ninguém desconhece as diferenças culturais profundamente enraizadas entre os Estados Unidos e o Japão. Corre mesmo entre nós uma tradição popular afirmando que tudo o que fazemos, eles fazem o contrário. Tal convicção de diferença é perigosa apenas se um estudioso contentar-se em dizer simplesmente que essas diferenças são tão fantásticas a ponto

de ser impossível compreender esse povo. O antropólogo dispõe de boa prova em sua experiência de que até mesmo a conduta estranha não nos impede de compreendê-la. Mais do que qualquer outro cientista social, ele tem-se utilizado das diferenças mais como uma base do que como uma tendência. Nada o levou a dirigir tanto a atenção para instituições e povos senão o fato de serem eles fenomenalmente estranhos. Nada havia que ele pudesse tomar como seguro no modo de vida de sua tribo, sendo levado a examinar tudo e não apenas alguns fatos selecionados. No estudo de países ocidentais, o leigo em estudos de culturas comparadas deixa passar setores inteiros de conduta. Toma por garantido tanta coisa, que não chega a explorar a gama de hábitos triviais na vida diária, nem as consagradas opiniões sobre assuntos caseiros que, colocados no panorama nacional, têm mais a ver com o futuro do país do que os tratados assinados por diplomatas.

O antropólogo viu-se obrigado a aperfeiçoar técnicas para o estudo do lugar-comum, já que os lugares-comuns na tribo que estudava diferiam em muito das réplicas dos mesmos, existentes em sua pátria. Quando tentou compreender a malignidade de uma tribo ou a pusilanimidade de outra, quando tentou planejar a maneira como agiria e se sentiria numa determinada situação, verificou que teria de se valer abundantemente de observações e detalhes que não se revelam amiúde com relação a países civilizados. Tinha boas razões para acreditar que fossem essenciais e sabia do tipo de pesquisa que iria desencavá-los.

Valia a pena tentar no caso do Japão. Pois, somente quando se percebem os lugares-comuns intensamente humanos da existência de qualquer povo é que se pode avaliar a extrema importância da premissa do antropólogo de que a conduta humana é *descoberta* na vida diária, seja numa tribo primitiva ou numa nação na vanguarda da civilização. Por mais estranho que seja seu ato ou opinião, a maneira como um homem se sente ou pensa tem alguma relação com a sua experiência. Quanto mais me desconcertei ante determinada conduta, tanto mais presumi que existisse em algum setor da vida japonesa algum condicionamento comum de tal es-

tranheza. Se a pesquisa me levasse a detalhes triviais da comunicação diária, tanto melhor. É aí que se aprende.

/Como antropóloga cultural, parti igualmente da premissa de que os aspectos mais isolados de conduta têm entre si alguma relação sistemática. Estudei seriamente a maneira como centenas de pormenores inscrevem-se em padrões globais. Uma sociedade humana precisa preparar para si mesma um projeto de vida, aprovando modos determinados de enfrentar situações, modos determinados de mensurá-las. Os componentes dessa sociedade consideram essas soluções como as bases do universo. | Integram-nas, por maiores que sejam as dificuldades. /Aqueles que aceitaram um sistema de valores, através do qual vivem, não podem conservar por muito tempo um setor segregado de suas vidas, onde vivam e procedam de acordo com um conjunto contrário de valores, a menos que se exponham à ineficiência e ao caos. Procuram instilar-se de maior conformismo. Investem-se de algumas motivações e de algum fundamento lógico que lhes sejam comuns. Alguma consistência é necessária, do contrário o empreendimento todo vai por água abaixo. |

/Conduta econômica, disposições familiares, ritos religiosos e objetivos políticos engrenam-se, portanto, entre si. Numa área podem ocorrer mudanças mais rapidamente do que em outras, submetendo estas outras áreas a uma grande tensão, que surge da própria necessidade de consistência. Em sociedades pré-alfabetizadas, empenhadas na aquisição de poder sobre as demais, o desejo de poder é expresso nas suas práticas religiosas, não menos do que nas suas transações econômicas e nas suas relações com outras tribos. Em nações civilizadas, que possuem textos de antigas escrituras, a Igreja necessariamente conserva as frases de séculos passados, o que não ocorre com as tribos sem linguagem escrita, mas abdica da sua autoridade nos setores em que poderia intervir, com a crescente aprovação pública ao poder econômico e político. As palavras permanecem, mas o significado é alterado. Os dogmas religiosos, as práticas econômicas e a política não se mantêm represados em pequenos reservatórios estanques, porém transbordam sobre suas supostas fronteiras, misturando inevitavelmente suas águas, umas com as outras. Sendo isto sempre verdadeiro, quanto mais um estudioso estiver aparentemente

dispersando sua investigação entre os fatos da economia, do sexo, da religião e do cuidado do bebê, tanto melhor poderá observar o que está acontecendo na sociedade que estuda. Poderá formular suas hipóteses e obter seus dados em qualquer setor da vida com vantagem. Poderá aprender a divisar as exigências que qualquer nação fizer, quer sejam elaboradas em termos políticos, econômicos ou morais, como expressões de hábitos e maneiras de pensar aprendidas na sua experiência social. Este não é, portanto, um livro especificamente sobre religião, vida econômica, política ou família japonesas. Estuda, isto sim, enfoques japoneses acerca da condução da vida. Descreve tais enfoques à medida que se manifestaram, em qualquer atividade que seja. Seu assunto é o que faz do Japão uma nação de japoneses.

/ Uma das desvantagens do século XX é que ainda temos as noções mais vagas e bitoladas, não apenas daquilo que faz do Japão uma nação de japoneses, como do que faz os Estados Unidos uma nação de americanos, a França uma nação de franceses, e a Rússia uma nação de russos. Carecendo deste conhecimento, cada país compreende mal o outro. / Tememos diferenças irreconciliáveis quando o problema é apenas entre Tweedledum e Tweedledee e falamos em objetivos comuns, quando uma nação, em virtude de toda a sua experiência e sistema de valores, visa a um curso de ação inteiramente diverso do que tínhamos em mente. Não nos damos uma oportunidade de descobrir quais sejam seus hábitos e valores. Se assim fizéssemos, haveríamos de perceber que o curso de uma ação não é necessariamente falho só por não ser aquele que conhecemos.

Não é possível depender inteiramente do que cada nação diz de seus próprios hábitos de pensamento e ação. Os escritores de todas as nações tentaram fornecer uma descrição de si próprios. Todavia, não é fácil. As lentes através das quais uma nação olha a vida não são as mesmas que uma outra usa. É difícil ser consciente com os olhos através dos quais olhamos. Qualquer país os toma como certos e os truques de focalização e perspectiva, que conferem a cada povo sua visão nacional da vida, apresentam-se a esse povo como a dádiva divina de ordenação de uma paisagem. Em questão de óculos, não esperamos que aqueles que os usam conheçam a fórmula

das lentes, daí tampouco poderemos esperar que as nações analisem suas próprias perspectivas do mundo. Quando queremos saber a respeito de óculos, formamos um oculista e esperamos que esteja habilitado a escrever a fórmula para qualquer lente que lhe tragamos. Algum dia, sem dúvida, reconheceremos ser esta a tarefa do cientista social, com relação às nações do mundo moderno.

A tarefa requer tanto uma certa firmeza, quanto uma certa generosidade. Requer uma firmeza que as pessoas de boa vontade têm por vezes condenado. Tais propugnadores de Um Só Mundo empenharam suas esperanças em convencer os povos de todos os cantos da terra de que todas as diferenças entre Oriente e Ocidente, preto e branco, cristãos e maometanos, são superficiais e que toda a humanidade é realmente de mentalidade semelhante. Este ponto de vista é às vezes conhecido como fraternidade humana. Não vejo por que o crédito na fraternidade humana deva significar que não possamos dizer que os japoneses possuem uma versão própria de conduta de vida assim como os americanos a sua. Às vezes, parece que aos brandos não é possível fundar uma doutrina de boa vontade, senão sobre um mundo de povos cada um dos quais constituindo uma cópia do mesmo negativo. Porém, exigir como condição uma tal uniformidade, com respeito a uma outra nação, é tão neurótico quanto exigilo da própria esposa ou dos próprios filhos. Os firmes compenetram-se de que essas diferenças devem existir. Respeitam-nas. Sua finalidade é um mundo assegurado para as diferenças, onde os Estados Unidos possam ser inteiramente americanos sem ameaçar a paz do mundo, a França possa ser a França e o Japão possa ser o Japão nessas mesmas condições. Impedir o amadurecimento de quaisquer dessas atitudes com relação à vida, através de interferência externa, parece injustificado a qualquer estudioso que não esteja convencido de que as diferenças tenham necessariamente de ser uma espada de Dâmocles pendendo sobre o mundo. Não precisa tampouco temer que adotando uma tal posição esteja contribuindo para congelar o mundo no *status quo*. Estimular as diferenças culturais não produziria um mundo estático. A Inglaterra não perdeu sua anglicidade devido ao Período de Elizabeth ter sido sucedido pelo Período da Rainha Ana e a Era Vitoriana. Justamente pelo fato de os ingleses tanto

procurarem ser eles mesmos é que diferentes padrões e diferentes estados de ânimo nacionais puderam se afirmar em diferentes gerações.

O estudo sistemático de diferenças nacionais exige uma certa generosidade como também uma certa firmeza. O estudo de religiões comparadas somente floresceu quando os homens estiveram tão seguros de suas convicções, a ponto de se mostrarem excepcionalmente generosos. Poderiam ser jesuítas, sábios árabes ou infiéis, mas nunca fanáticos. O estudo de culturas comparadas não pode igualmente florescer quando os homens se mostram tão defensivos quanto ao seu modo de vida, a ponto de que este lhes pareça ser por definição a única solução no mundo. Tais homens jamais conhecerão o acréscimo de amor pela própria cultura advindo do conhecimento de outros modos de vida. Privam-se de uma experiência agradável e enriquecedora. Sendo tão defensivos, não têm outra alternativa senão exigir que outras nações adotem suas próprias soluções particulares. Como americanos, impõem nossos princípios favoritos a todas as nações. E as outras nações tanto podem adotar nossos modos de vida exigidos, quanto poderíamos aprender a fazer nossos cálculos na unidade 12, ao invés de 10, ou, apoiarmo-nos só num pé, como certos nativos da África Oriental.

Este livro diz respeito, pois, aos hábitos esperados e tidos como consagrados no Japão. Diz respeito a situações em que todo japonês pode contar com cortesia e a situações em que não pode, trata de quando sente vergonha, quando sente embaraço, procura observar o que ele exige de si próprio. A autoridade ideal para qualquer afirmativa deste livro seria o proverbial homem da rua. Seria um qualquer. Isto não significa que este um qualquer teria sido colocado pessoalmente em cada circunstância particular. Não significa também que qualquer um reconheceria ser assim sob tais condições. O objetivo de um estudo como este é descrever atitudes profundamente impregnadas de pensamento e conduta. Mesmo não o atingindo, este foi, todavia, o seu ideal.

Num estudo desse tipo, alcança-se rapidamente o ponto onde o testemunho de grande número de informantes adicionais não mais proporciona validação. A questão de quem se curva para quem e quando não

necessita de um estudo estatístico de todo o Japão; as circunstâncias aprovadas e costumeiras podem ser assinaladas quase que por qualquer um e após umas poucas confirmações não é necessário obter a mesma informação de um milhão de japoneses.

| O estudioso que está tentando desvendar os enfoques sobre os quais o Japão ergue o seu modo de vida tem uma tarefa bem mais difícil do que a validação estatística. A grande exigência que lhe é feita consiste em relatar como essas práticas e julgamentos aceitos tornam-se as lentes através das quais o japonês contempla a existência. Tem de expor a maneira como os seus enfoques afetam a perspectiva através da qual vêem a vida. Tem de tentar tornar isto inteligível a americanos que vêem a existência sob um prisma muito diferente. Nesta tarefa de análise, a autoridade requisitada não será necessariamente Tanaka San, o japonês "qualquer". Isto porque Tanaka San não explicita seus enfoques, e as interpretações escritas para os americanos lhe parecerão, sem dúvida, excessivamente alongadas. |

| Os estudos americanos de sociedades não têm sido amiúde elaborados de maneira a estudar as premissas sobre as quais se construíram as culturas civilizadas. A maioria dos estudos pressupõe que tais premissas sejam evidentes por si mesmas. | Sociólogos e psicólogos preocupam-se com a "disseminação" da opinião e da conduta, usando uma técnica básica, estatisticamente concebida. Submetem à análise estatística grande quantidade de material censitário, grande número de respostas a questionários ou a perguntas de entrevistadores, medições psicológicas e semelhantes, procurando inferir a independência ou interdependência de certos fatores. | No campo da opinião pública, a valiosa técnica de pesquisar o país, utilizando uma amostra cientificamente selecionada da população, tem sido altamente aperfeiçoada nos Estados Unidos. É possível descobrir quantas pessoas apóiam ou se opõem a determinado candidato a cargo público ou a determinada política. | Os partidários e os adversários podem ser classificados como rurais ou urbanos, de rendimentos baixos ou elevados, republicanos ou democratas. Num país com sufrágio universal, onde as leis são realmente redigidas e estabelecidas pelos representantes do povo, tais dados têm importância prática.

Os americanos são capazes de pesquisar americanos e interpretar os dados, graças a uma medida prévia tão óbvia que ninguém chega a mencioná-la: conhecem a conduta de vida nos Estados Unidos e tomam-na por base. Os resultados da pesquisa dizem mais, a respeito do que já sabemos. Ao procurar compreender outro país, é essencial o estudo qualitativo sistemático dos hábitos e convicções do seu povo, para que uma pesquisa possa realmente apresentar contribuições. Mediante cuidadosa amostragem, uma pesquisa pode revelar quantos são a favor ou contra o governo. Mas que nos revelará isto a respeito deles, a menos que saibamos quais sejam suas idéias a respeito do Estado? Somente assim podemos saber o que disputam as facções, nas ruas ou no Congresso. As convicções de uma nação com relação ao governo são de importância muito mais geral e permanente do que as cifras da força partidária. Nos Estados Unidos, o Governo, para republicanos e democratas, é quase um mal necessário, limitando a liberdade individual; o emprego público igualmente, exceto talvez em tempo de guerra, pois não oferece a um homem a situação alcançada num outro posto equivalente, em uma empresa privada. Esta versão do Estado está bem longe da japonesa, e mesmo da de muitos países europeus. O que precisamos saber antes de tudo, sem dúvida, é a sua versão. O seu ponto de vista está corporificado em seus costumes, em seus comentários acerca de homens vitoriosos, em seus mitos a respeito da sua história nacional, em seus discursos nas festividades nacionais e pode, desta forma, ser estudado através dessas manifestações indiretas. Exige, porém, um estudo sistemático. /

As convicções básicas que cada nação tem sobre a vida, assim como as soluções que ela aprovou, podem ser estudadas com tanta atenção e particularidade quanto a que atribuímos à descoberta de qual proporção da população votará sim e não numa eleição. O Japão era um país cujos enfoques fundamentais bem mereciam ser explorados. Cheguei à conclusão de que, uma vez tendo eu verificado onde meus enfoques ocidentais não se enquadravam na sua visão da existência, obtendo assim alguma idéia das categorias e símbolos por eles utilizados, muitas contradições que os ocidentais acostumaram-se a ver na conduta japonesa deixaram de ser contradições. Comecei a ver como os próprios japoneses divisavam

certas oscilações violentas de conduta, enquanto partes integrantes de um sistema consistente em si mesmo. Posso tentar mostrar o porquê. A medida que eu trabalhava com eles, começavam a usar frases e idéias estranhas que revelaram possuir grandes implicações e estarem repletas de emoções seculares. A virtude e o vício, segundo os compreende o Ocidente, haviam passado por uma transformação. O sistema era singular. Não era budismo, nem confucionismo. Era japonês — a força e a fraqueza do Japão. {

2. OS JAPONESES NA GUERRA

Em toda tradição cultural existem ortodoxias da guerra, algumas das quais compartilhadas por todos os países ocidentais, não importando quais as diferenças específicas. Certos alardes, conclamando para um esforço total de guerra, certas formas de reestímulo, em caso de derrotas locais, certas regularidades na proporção entre baixas e rendições e certas regras de conduta com relação a prisioneiros de guerra são previsíveis nas guerras entre nações ocidentais apenas por terem estas em comum uma grande tradição cultural, que abrange até mesmo as operações militares.

Todas as maneiras pelas quais os japoneses afastavam-se das convenções ocidentais de guerra constituíam

dados relativos à sua visão da existência e às suas convicções do dever integral do homem. Dentro dos propósitos de um estudo sistemático da cultura e conduta japonesas, não importa se os seus desvios de nossas ortodoxias seriam ou não cruciais em sentido militar; qualquer um deles poderia ser importante por suscitar indagações acerca do caráter dos japoneses, cujas respostas necessitávamos.

As próprias premissas utilizadas pelo Japão para justificar sua participação na guerra eram opostas às da América. Esta definia a situação internacional de maneira diversa. A América fez guerra às agressões do Eixo. O Japão, a Itália e a Alemanha tinham consumado uma afronta à paz internacional com os seus atos de conquista. Quer tomando o poder em Manchukuo, na Etiópia ou na Polônia, o Eixo somente comprovou ter participado de um empreendimento reprovável, oprimindo povos mais fracos. Pecara contra o código internacional do “vive e deixa viver” ou pelo menos contra o das “portas abertas” à livre empresa. O Japão via a causa da guerra sob outra luz. Enquanto cada nação tivesse soberania absoluta, haveria anarquia no mundo; era necessário que ele lutasse a fim de se estabelecer uma hierarquia, que, obviamente, a ele se subordinasse, uma vez que era o único representante de uma nação verdadeiramente hierárquica de cima a baixo, compreendendo portanto a necessidade de ocupar “o seu devido lugar”. Tendo alcançado unificação e paz em seu território, esmagado o banditismo, construído estradas, consolidado o potencial elétrico e indústria de aço, além de ter educado 99,5% da sua geração em ascensão nas escolas públicas, segundo as cifras oficiais, teria, pois, o dever, de acordo com as premissas japonesas de hierarquia, de despertar sua retrógrada irmã, a China. Sendo da mesma raça do Poderoso Oriente, deveria eliminar daquela parte do mundo os Estados Unidos e em seguida a Inglaterra e a Rússia, assumindo, então, “o seu devido lugar”. Todas as nações seriam um mundo só, firmados numa hierarquia internacional. No próximo capítulo examinaremos o que significou para a cultura japonesa este alto valor atribuído à hierarquia. Era bem típico do Japão criar tal fantasia. Infelizmente para ele, os países que ocupava não o enxergavam sob essa mesma luz. Entretanto, nem mesmo a derrota extraiu-lhe o re-

púdio moral de seus ideais do Poderoso Oriente e mesmo os seus prisioneiros de guerra menos jingoístas nunca estiveram a ponto de pôr em dúvida os propósitos do Japão quanto ao continente e sudoeste do Pacífico. Por muito e muito tempo, o Japão conservará necessariamente algumas de suas atitudes inatas, das quais uma das mais importantes é a sua fé e confiança na hierarquia. Isto contraria a natureza dos americanos voltada para a igualdade, contudo, é amplamente necessário que compreendamos o que significava para o Japão a hierarquia e que proveitos aprendera a associar-lhe.

Da mesma forma, ele depositava suas esperanças de vitória em base diversa da prevalecente para os Estados Unidos. Haveria de vencer, proclamava, seria uma vitória do espírito sobre a matéria. A América era grande, seus armamentos eram superiores, mas o que importava? Tudo isso, alegavam, fora previsto e descontado. “Se tivéssemos medo de cifras”, liam os japoneses no seu grande jornal, o *Mainichi Shimbun*, “a guerra não teria principiado. Os grandes recursos do inimigo não foram criados por esta guerra”.

Mesmo quando estava vencendo, os seus estadistas civis, o seu Alto Comando e os seus soldados repetiam que aquilo não se tratava de uma competição entre armamentos; era a oposição da nossa fé nas coisas contra a fé dos outros no espírito. Quando vencíamos, repetiam sem cessar que numa tal luta o poder material deveria necessariamente fracassar. Este dogma tornou-se, sem dúvida, um alibi conveniente na época das derrotas de Saipan e Iwo Jima, mas não havia sido preparado com tal finalidade. Valeu como um toque de clarim durante os meses das vitórias japonesas e constituíra um *slogan* aceito muito antes de Pearl Harbor. Nos anos 30, o General Araki, militarista fanático e certa época Ministro da Guerra, escreveu num panfleto dirigido “A toda a raça japonesa” que “a verdadeira missão” do Japão fora “expandir e glorificar a via imperial até o fim dos Quatro Mares. Insuficiência de força não constitui preocupação para nós. Por que nos preocuparmos com o que é material?”

É claro que, como qualquer nação que se prepara para a guerra, eles se mostravam preocupados. Por toda a década de 30, a proporção de sua renda nacional dedicada aos armamentos cresceu astronomicamente. Na

época do seu ataque a Pearl Harbor, quase a metade da renda nacional bruta destinava-se a finalidades militares e navais, e somente 17% da despesa total do governo eram disponíveis para financiar o que se relacionasse com a administração civil. A diferença entre o Japão e as nações ocidentais não consistia na despreocupação japonesa sobre o armamento material. Navios e armas, no entanto, constituíam simplesmente a manifestação exterior do imortal Espírito Japonês. Eram símbolos, tanto quanto a espada dos samurais fora o símbolo da sua virtude.

Tão coerente era o Japão em aproveitar-se de recursos não materiais, quanto os Estados Unidos em dedicar-se à grandeza. O Japão tinha de empenhar-se numa campanha de produção total, do mesmo modo que os Estados Unidos, só que baseado em premissas próprias. O espírito, diziam os japoneses, era tudo, era eterno; as coisas materiais eram necessárias, bem entendido, mas secundárias e perdiam-se pelo caminho. “Há limites para os recursos materiais”, exclamava o rádio japonês: “é evidente que as coisas materiais não podem durar mil anos”. E esta confiança no espírito era observada literalmente na rotina beligerante; seus catecismos de guerra utilizavam o *slogan* tradicional, cuja criação não visou à operacionalidade nesta guerra — “contrapor o nosso treinamento ao número deles, nossa carne ao seu aço”. Os manuais de guerra começavam com uma linha em negrito: “Leia isto e a guerra está ganha”. Seus pilotos que guiavam seus minúsculos aviões para um choque suicida contra nossas belonaves ofereciam tema inegotável para a superioridade do espiritual sobre o material. Era denominados o Corpo dos Kamikazes, pois *kamikaze* era o vento divino que salvara o Japão da invasão de Gêngis Cã, no século XIII, dispersando e derrubando os seus transportes.

Até mesmo em situações civis, as autoridades japonesas encaravam literalmente a predominância do espírito sobre as circunstâncias materiais. Estava o povo fatigado com doze horas de trabalho nas fábricas e por bombardeios a noite inteira? “Quanto mais abatidos os nossos corpos, mais alto pairam a nossa vontade e o nosso ânimo sobre eles.” “Quanto mais cansados estamos, mais esplêndido é o treinamento.” O povo estava sentindo frio nos abrigos antiaéreos, durante o inverno? A Sociedade

de Cultura Física Dai Nippon prescrevia exercícios calistênicos que seriam não apenas substitutos das instalações de aquecimento e acomodações para dormir, como também, melhor ainda, tomariam lugar do alimento, não mais disponível, para manter o vigor normal das pessoas. “Não há dúvida, dizem alguns, que com a atual escassez de alimentos não podemos pensar em exercícios calistênicos. Nada disso! Quanto maior a escassez de alimentos, tanto mais devemos aumentar nossa força física por outros meios.” Isto é, devemos aumentar nossa força física despendendo-a ainda mais. A idéia americana de energia corporal que sempre leva em conta quanta força se tem para despendê-la, com oito ou cinco horas de sono na noite anterior, fazendo regularmente as refeições, sentindo ou não frio, é aqui posta em confronto com um cálculo que não se baseia na armazenagem de energia, o que seria materialista.

Durante a guerra, as transmissões japonesas foram ainda mais longe. Em meio à batalha, o espírito chegava mesmo a sobrepujar a própria morte. Um heróico piloto e a sua prodigiosa vitória sobre a morte foram focalizados num programa:

Terminados os combates aéreos, os aviões japoneses regressaram à sua base em pequenas formações de três ou quatro. Num dos primeiros aparelhos, achava-se um capitão. Apeando-se, examinou o céu por meio de binóculo. Enquanto seus homens retornavam, ele contava. Parecia bastante pálido, porém, muito firme. Após o regresso do último avião, dirigiu-se ao Quartel General, onde fez um relatório encaminhando-o a seguir ao Oficial Comandante. Logo em seguida, porém, tombou de súbito ao solo. Os oficiais no local acorreram-lhe em auxílio, mas ele se achava morto. Examinando-lhe o corpo, descobriu-se que já estava frio, com um ferimento à bala, de conseqüências fatais. É impossível encontrar-se frio o corpo de uma pessoa recentemente morta. Entretanto, o corpo do capitão morto estava frio como gelo. Há muito que ele estava morto, fora o seu espírito que fizera o relatório. Um fato tão miraculoso deve-se sem dúvida ao rigoroso senso de responsabilidade do capitão morto.

Para os americanos, é claro, trata-se de uma história inadmissível, no entanto, os japoneses instruídos não se riram de tal transmissão. Estavam certos de que não seria considerada uma fantasia pelos ouvintes no Japão. Em primeiro lugar, assinalaram que o locutor verazmente havia declarado que a proeza do capitão era “miraculosa”. E por que não? A alma podia ser treinada e obviamente o

capitão era um mestre consumado da autodisciplina. Se “um espírito apaziguado podia durar mil anos”, conforme o Japão inteiro sabia, não haveria então de permanecer por algumas horas no corpo de um capitão da força aérea, que fizera da “responsabilidade” a lei central de toda a sua existência? Os japoneses acreditavam na possibilidade de se utilizar disciplinas técnicas a fim de permitir a um homem alcançar a supremacia do espírito. O capitão aprendera e beneficiara-se.

Como americanos, podemos, sem dúvida, arrolar tais excessos japoneses como alibi de uma pobre nação ou puerilidades de uma nação iludida. Se o fizéssemos, no entanto, estaríamos ainda menos qualificados a tratar com eles na guerra ou na paz. Os japoneses tiveram seus princípios induzidos através de certos tabus e recusas, certos métodos de treinamento e disciplinas que não se constituíam em meras singularidades isoladas. Somente na medida em que os identificarmos, é que poderemos perceber o que dizem na derrota, quando reconhecem que o espírito não foi suficiente e que defender posições “com lanças de bambu” foi uma fantasia. Torna-se ainda mais importante para nós que sejamos capazes de apreciar o reconhecimento por parte deles de que o seu espírito foi insuficiente, ao competir nos campos de batalha e nas fábricas com o espírito do povo americano. Conforme declararam após a derrota: durante a guerra, “engajaram-se na subjetividade”.

A maneira pela qual os japoneses referiram a toda sorte de coisas durante a guerra, não apenas sobre a necessidade de hierarquia e a supremacia do espírito, foi elucidativa para um estudioso de culturas comparadas. Referiam-se constantemente a segurança e moral como sendo apenas uma questão de estar prevenido. Não importava qual fosse a catástrofe, bombardeio civil, derrota em Saipan ou fracasso em defender as Filipinas, o refrão japonês repetia ao seu povo que isto já era sabido de antemão e que portanto não havia por que se preocupar. O rádio chegava aos maiores extremos, contando obviamente com a renovação de confiança que proporcionava ao povo japonês ao ser informado de que viviam ainda num mundo perfeitamente conhecido. “A ocupação americana de Kiska coloca o Japão dentro do raio de ação dos bombardeiros americanos. Estamos,

porém, a par desta contingência e efetuamos os preparativos necessários.” “O inimigo desencadeará sem dúvida contra nós uma ofensiva, através de operações combinadas de terra, mar e ar, mas isto está previsto em nossos planos.” Os prisioneiros de guerra, até mesmo aqueles que ansiavam por uma próxima derrota do Japão numa guerra sem esperanças, estavam certos de que os bombardeios não enfraqueceriam os japoneses na frente doméstica “porque eles estavam prevenidos”. Quando os americanos começaram a bombardear as cidades japonesas, o Vice-Presidente da Associação de Construção Aérea declarou pelo rádio: “Os aviões inimigos finalmente estão sobre nossas cabeças. Entretanto, nós que estamos envolvidos na indústria de produção aeronáutica e que sempre esperamos que isto acontecesse, ultimamos completos preparativos para enfrentar esta situação. Portanto, não há por que se preocupar”. Somente com a garantia de que tudo estava previsto, tudo estava planejado, é que os japoneses poderiam persistir na alegação que lhes era tão necessária de que tudo fora produto da determinação de sua vontade, ninguém predominara sobre eles. “Não devemos pensar que tenhamos sido passivamente atacados, mas sim que ativamente atraímos o inimigo para nós.” “Inimigo, venha se quiser. Ao invés de dizer ‘O que tinha que vir finalmente veio’, afirmaremos antes ‘Veio aquilo por que esperávamos. Por isso, estamos satisfeitos’.” O Ministro da Marinha citou no Parlamento os ensinamentos do grande guerreiro dos anos 70 do século passado, Takamori Saigo: “Existem duas espécies de oportunidades: as que se nos deparam por acaso e as que criamos. Em época de grandes dificuldades, não devemos deixar de criar a nossa oportunidade”. E o General Yamashito, quando as tropas americanas entraram em Manila, “observou com um largo sorriso”, segundo informes do rádio, “que agora o inimigo está em nosso seio . . .” “A rápida queda de Manila, logo após os desembarques inimigos na baía de Lingayen, somente foi possível como resultado das táticas do General Yamashito e em concordância com os seus planos. As operações do General Yamashito realizam, no momento, progressos contínuos.” Em outras palavras, nada é tão bem sucedido quanto a derrota.

Os americanos avançaram tanto na direção oposta quanto os japoneses na sua. Os americanos lançaram-se

no esforço de guerra *porque* esta luta nos foi imposta. Tínhamos sido atacados, portanto o inimigo que se cuide. Nenhum porta-voz, ao pretender estimular o povo americano, jamais disse de Pearl Harbor ou de Bataan, "Faziam parte dos nossos planos". Ao invés, nossos oficiais declararam: "O inimigo assim quis. Haveremos de mostrar-lhes o quanto podemos". Os americanos engrenam toda a sua vida para um mundo continuamente desafiador — e estão preparados para enfrentar o desafio. Os estímulos japoneses baseiam-se mais num modo de vida planejado e registrado de antemão, onde a maior ameaça provém do imprevisto.

Outro tema constante na maneira japonesa de conduzir a guerra mostra-se bastante revelador acerca da vida japonesa. Falavam continuamente de como "os olhos do mundo estavam sobre eles". Portanto cabia-lhes exhibir completamente o espírito do Japão. Os americanos desembarcaram em Guadalcanal, e as ordens japonesas aos soldados foram de que agora eles se encontravam sob observação direta "do mundo" e deveriam mostrar qual era o seu estofo. Os marujos japoneses eram avisados de que, no caso de serem torpedeados e receberem ordem de abandonar o navio, deveriam ocupar os barcos salva-vidas com o máximo de compostura, caso contrário "o mundo rirá de vocês. Os americanos os filmarão e serão vistos em New York". Valia muito o que dessem de si para o mundo. E a sua preocupação a tal respeito igualmente encontrava-se profundamente embutida na cultura japonesa.

A mais famosa pergunta acerca das atitudes japonesas referia-se a Sua Majestade Imperial, o Imperador. Qual era o domínio que o Imperador tinha sobre os seus súditos? Algumas autoridades americanas assinalavam que durante todos os sete séculos feudais do Japão o Imperador fora uma sombria figura de proa. Cada homem devia sua imediata lealdade ao seu senhor, o *daimio* e, além desde, ao Generalíssimo Militar, o Xógum. A fidelidade ao Imperador não chegava a constituir um assunto. Era mantido segregado numa corte isolada, cujas cerimônias e atividades os regulamentos do Xógum rigorosamente limitavam. Era considerado traição até mesmo para um grande senhor feudal prestar suas homenagens ao Imperador, e para o povo do Japão ele mal existia. Somente através de sua história é que o Japão

podia ser entendido, insistiam esses analistas americanos; como um Imperador trazido da obscuridade, conforme estava na memória de gente ainda viva, haveria de ser o verdadeiro foco de uma nação conservadora como o Japão? Os publicistas japoneses que sempre reafirmaram o imorredouro poder do Imperador sobre os seus súditos estavam se excedendo, alegavam eles, e a sua insistência apenas comprovava a fragilidade do seu caso. Não havia razão, portanto, para que a política americana durante a guerra recorresse às luvas de pelica no trato com o Imperador. Pelo contrário, havia todos os motivos para que dirigíssemos nossos mais fortes ataques contra esse maligno conceito de Fuehrer que o Japão recentemente maquinara. Isso constituía o próprio centro de sua moderna religião nacionalista Shinto e, se solapássemos e desafiássemos a santidade do Imperador, toda a estrutura do Japão inimigo tombaria em ruínas.

Muitos americanos competentes que conheciam o Japão e que viram os informes das linhas de frente e de fontes japonesas eram de opinião oposta. Os que viveram no Japão sabiam bem que nada feria mais os japoneses e lhes fustigava a moral do que qualquer palavra depreciativa contra o Imperador ou qualquer ataque direto a ele. Não acreditavam que, atacando o Imperador, aos olhos dos japoneses visássemos ao militarismo. Havia observado que a reverência para com o Imperador fora igualmente forte naqueles anos após a Primeira Guerra Mundial, quando “de-mok-ra-sie” era a grande divisa e o militarismo estava tão desacreditado que os homens do exército punham-se prudentemente à paisana antes de saírem pelas ruas de Tóquio. A reverência dos japoneses pelo seu chefe imperial não podia ser comparada, insistiam os habitantes mais antigos, com a veneração do gênero Heil Hitler, que constituía um barômetro dos destinos do partido nazista e inseparável de todos os males de um programa fascista.

As declarações dos prisioneiros de guerra japoneses os corroborava. Ao contrário dos soldados ocidentais, esses prisioneiros não haviam recebido instruções quanto ao que dizer e o que calar em caso de captura e as suas respostas em todos os assuntos eram surpreendentemente desorganizadas. O fato de não serem doutrinados devia-se, é claro, à política de não-rendição do Japão. Isto só foi remediado nos últimos meses de guerra, e mesmo assim

somente em determinados exércitos ou unidades locais. As declarações dos prisioneiros mereciam atenção pois representavam um corte transversal da opinião no exército japonês. Não se tratava de soldados cujo moral baixo os levava à rendição — e que portanto poderiam ser atípicos. Quase todos achavam-se feridos e incapazes de resistir quando capturados.

Os prisioneiros de guerra japoneses mostraram-se bastante intransigentes e atribuíam seu militarismo extremo ao Imperador, estavam “cumprindo a sua vontade”, “despreocupando sua mente”, “morrendo por ordem do Imperador”. “O Imperador conduziu o povo à guerra e meu dever era obedecer.” Mas aqueles que condenavam a presente guerra e os futuros planos japoneses de conquista imputavam com regularidade suas opiniões pacíficas como sendo as do próprio Imperador. Para todos ele era tudo. Os fastos da guerra referiam-se a ele como “sua pacífica majestade”, frisando que “sempre fora liberal e contrário à guerra”. “Ele havia sido enganado por Tojo”. “Durante o Incidente da Manchúria, ele demonstrou ser contrário aos militares.” “A guerra teve início sem o conhecimento ou a permissão do Imperador. O Imperador não gosta de guerra e não teria permitido que o seu povo nela fosse arrastado. Ele não sabe o quanto seus soldados são maltratados.” Tais declarações não se assemelhavam às de prisioneiros de guerra alemães que, conquanto alegassem ter sido Hitler traído por seus generais, ou por seu alto comando, atribuíam-lhe no entanto o papel de máximo instigador da guerra e seus preparativos. O prisioneiro de guerra japonês explicitamente separava a Família Imperial do militarismo e das agressivas políticas de guerra.

Entretanto, para eles o Imperador era inseparável do Japão. “Um Japão sem o Imperador não é Japão.” “O Japão sem o Imperador não pode ser imaginado.” “O Imperador japonês é o símbolo do povo japonês, o centro de sua vida religiosa. É um objeto super-religioso.” Nem tampouco seria culpado pela derrota, se o Japão perdesse a guerra. “O povo não considera o Imperador responsável pela guerra.” “Em caso de derrota, o ministério e os líderes militares é que levariam a culpa, e não o Imperador.” “Mesmo se o Japão perdesse a guerra, dez entre dez japoneses ainda reverenciariam o Imperador.”

Toda essa unanimidade em colocar o Imperador acima de qualquer crítica parecia postiça aos americanos, acostumados a não poupar homem algum de um exame frio e de uma crítica. Mas não havia dúvida de que se tratava da voz do Japão, mesmo na derrota. Os mais experimentados no interrogatório de prisioneiros deram como veredicto ser desnecessário anotar em cada folha de entrevista: “Recusa-se a falar contra o Imperador”; todos os prisioneiros se recusavam, até mesmo os que cooperavam com os aliados e faziam transmissões para nós, dirigidas aos soldados japoneses. Da reunião de todas as entrevistas de prisioneiros de guerra, apenas três eram, ainda assim, levemente contrárias ao Imperador, limitando-se a dizer: “Seria um erro deixar o Imperador no trono”. Uma outra afirmava que o Imperador era “um fraco, não passando de um fantoche”. E a terceira não foi além da suposição de que o Imperador poderia abdicar em favor de seu filho e que se a monarquia fosse abolida, as jovens japonesas esperavam conseguir uma liberdade que até então invejavam nas mulheres da América.

Os comandantes japoneses, portanto, apelavam para a quase unânime veneração japonesa, quando distribuíam aos soldados cigarros “oferecidos pelo Imperador” ou quando os levavam, no aniversário deste, a se curvarem três vezes na direção do Oriente, gritando “Banzai”; o mesmo acontecia quando cantavam juntamente com todos os soldados, pela manhã e à noite, “embora a unidade estivesse sob bombardeio ininterrupto”, as “palavras sagradas” que o próprio Imperador doara às forças armadas no Editó aos Soldados e Marinheiros, enquanto “o som do cântico ecoava através da floresta”. Os militaristas utilizavam de todas as maneiras o recurso da lealdade ao Imperador. Exortavam seus homens a “satisfazer os desejos de Sua Majestade Imperial”, a “dissipar todas as ansiedades do seu Imperador”, a “demonstrar respeito por Sua benevolência Imperial”, a “morrer pelo Imperador”. Mas esta obediência à sua vontade podia ser uma faca de dois gumes. Como diziam muitos prisioneiros, os japoneses “lutarão sem hesitar, até mesmo com varas de bambu apenas, se o Imperador assim ordenar. Haveriam de se deter com igual presteza, se ele o mandasse”; “o Japão jogaria fora as armas amanhã, se o Imperador emitisse tal ordem”; “Até mesmo o exército de Kwantung, na Manchúria” — o mais

belicoso e jingoísta — “deporia suas armas”; “somente suas palavras podem fazer com que o povo japonês aceite a derrota e se conforme em viver para a reconstrução”.

Esta lealdade incondicional e irrestrita ao Imperador defrontava-se abertamente com a crítica de todas as outras pessoas e grupos. Criticava-se o governo e as autoridades militares, fosse nos jornais e revistas japoneses ou nas declarações de prisioneiros de guerra. Os prisioneiros de guerra não se inibiam em acusar os seus comandantes locais, especialmente os que não haviam partilhado os perigos e sofrimentos de seus soldados. Criticavam especialmente os que haviam sido retirados por avião, deixando atrás de si seus soldados combatendo. Geralmente elogiavam alguns oficiais e criticavam outros amargamente; não pareciam prescindir do intuito de discriminar o bom do mau, nas coisas japonesas. Até mesmo nas ilhas do país os jornais e as revistas criticavam “o governo”. Pediam mais liderança e maior coordenação de esforço e observavam não estar obtendo do governo o que era necessário. Chegavam a criticar as restrições à liberdade de palavra. Um relatório sobre uma reunião de editores, antigos membros do Parlamento, e diretores do partido totalitário do Japão, a Associação de Assistência ao Governo Imperial, publicado num jornal de Tóquio, em julho de 1944, constitui um bom exemplo. Disse um dos oradores: “Creio que há várias maneiras de despertar o povo japonês, o mais importante, porém, é a liberdade de palavra. Nos últimos anos, o povo não tem podido dizer francamente o que pensa. Temem ser incriminados se falarem sobre determinados assuntos. Hesitaram, tentaram salvar as aparências, o fato é que a opinião pública realmente intimidou-se. Jamais conseguiremos desenvolver totalmente o poder do povo desta forma”. Outro orador discorreu sobre o mesmo tema: “Venho organizando debates quase todas as noites com o povo dos distritos eleitorais e interroguiei-os acerca de muitas coisas, mas todos tiveram medo de falar. A liberdade de palavra lhes tem sido negada. Certamente, esse não é um modo adequado de estimular sua vontade de lutar. O povo está tão fortemente cerceado pela chamada Lei Penal Especial de Guerra e pela Lei de Segurança Nacional que se tornou tão amedrontado como a gente do período feudal. Por conseguinte, o valor combativo que se poderia ter desenvolvido permanece atualmente atrofiado”.

Mesmo durante a guerra, os japoneses criticavam o governo, o Alto Comando e os seus superiores imediatos. Não reconheciam de forma incondicional as virtudes de toda a hierarquia. Mas o Imperador era isentado. Como poderia ser assim, já que a sua preeminência era tão recente? Que nuance do caráter japonês possibilitou-lhe o alcance de uma posição tão sacrossanta? Estariam certos os prisioneiros de guerra ao declararem que, assim como o povo lutaria até a morte “com lanças de bambu” enquanto ele assim o ordenasse, aceitariam eles pacificamente a derrota e a ocupação se este fosse o seu comando? Pretenderiam desorientar-nos com este contraste? Ou se trataria, possivelmente, da verdade?

Todas essas questões cruciais acerca da conduta japonesa na guerra, desde sua predisposição antimaterialista às suas atitudes com relação ao Imperador, diziam respeito tanto à pátria japonesa quanto às frentes de batalha. Havia outras atitudes mais especificamente relacionadas com o exército japonês. Uma destas prendia-se à possibilidade de sacrifício de suas forças de combate. O rádio japonês salientou bem o contraste com as atitudes americanas, quando descreveu com acentuada incredulidade a condecoração naval do Almirante George S. McCain, comandante de uma força-tarefa ao largo de Formosa.

A razão oficial da condecoração não foi por ter o comandante John S. McCain sido capaz de pôr os japoneses em fuga, embora não compreendamos por que, já que o comunicado de Nimitz assim o revelou . . . Pois bem, a razão da condecoração do almirante McCain foi por ter ele conseguido salvar dois navios de guerra americanos, escoltando-os a salvo até a sua base. O que torna importante este trecho de informação é que não se trata de ficção e sim da verdade . . . Não estamos, portanto, discutindo a veracidade do fato de o almirante McCain ter salvo dois navios, o que desejamos que notem é que o salvamento de dois navios avariados é motivo para condecoração nos Estados Unidos.

Os americanos emocionam-se com toda espécie de salvamento, com todo auxílio prestado aos que se acham apertados contra a parede. Uma proeza valorosa é tanto mais heróica se salvar os “avariados”. A bravura japonesa repudia tal salvamento. Até mesmo os dispositivos de segurança instalados nos nossos B-29 e caças mereceram a pecha de “covardia”. A imprensa e o rádio repisaram continuamente o assunto. Somente havia virtude na acei-

tação de riscos mortais; as precauções eram desprezíveis. Esta atitude manifestava-se também no caso dos feridos e dos pacientes da malária. Esses soldados eram bens avariados e os serviços médicos disponíveis eram de completa ineficiência até mesmo para um eficaz desempenho das forças de combate. Com o correr do tempo, dificuldades de abastecimento de toda a espécie agravaram esta falta de atendimento médico, mas esta ainda não era a história toda. O menosprezo japonês pelo materialismo desempenhava aí um papel; ensinavam aos soldados que a morte constituía uma vitória do espírito e o nosso tipo de cuidado para com os doentes era uma interferência no heroísmo — como os dispositivos de segurança nos bombardeiros. Na vida civil os japoneses também não estão tão habituados quanto os americanos a recorrerem tanto a médicos e cirurgiões. A tendência à compaixão pelos prejudicados, muito mais que outras medidas beneficentes, é particularmente acentuada nos Estados Unidos, sendo amiúde observada até mesmo por visitantes de alguns países europeus em tempo de paz. Tudo isso é, sem dúvida, estranho aos japoneses. Acontecesse o que fosse durante a guerra, o exército japonês não dispunha de equipes de salvamento para a remoção dos feridos em combate e para fornecer os primeiros socorros; não tinha corpo médico na linha de frente, na retaguarda ou mesmo hospitais de recuperação mais afastados. Seu cuidado com relação às provisões médicas era lamentável. Em determinadas emergências, os hospitalizados eram sumariamente mortos. Especialmente na Nova Guiné e nas Filipinas, frequentemente os japoneses tinham de recuar de uma posição onde havia um hospital. Não existia um projeto de retirada dos doentes e feridos, enquanto houvesse oportunidade; somente se fazia alguma coisa quando efetivamente se realizasse uma “retirada planejada” do batalhão ou uma ocupação inimiga. Nessas circunstâncias, o oficial médico de serviço costumava eliminar os internados do hospital antes de retirar-se, ou então eles próprios se suicidavam com granadas de mão.

Se esta atitude dos japoneses com relação a bens avariados era fundamental no tratamento de seus compatriotas, revelava-se igualmente importante no seu tratamento dos prisioneiros de guerra americanos. Segundo

nossos critérios, os japoneses eram culpados de atrocidades tanto contra seus próprios homens, quanto contra seus prisioneiros. O antigo chefe dos oficiais-médicos das Filipinas, Coronel Harold W. Glattly, após seus três anos de reclusão como prisioneiro de guerra em Formosa, declarou que “os prisioneiros americanos recebiam melhor tratamento médico do que os soldados japoneses. Os oficiais médicos aliados nos campos de prisioneiros atendiam os seus homens, enquanto os japoneses não dispunham de médicos. Durante certo tempo, o seu único pessoal médico era constituído por um cabo e posteriormente por um sargento”. Somente uma ou duas vezes por ano é que ele viu um oficial-médico japonês.*

O maior extremo a que poderia ser levada esta teoria japonesa da possibilidade de sacrificio de suas forças era a sua política de não-rendição. Todo exército ocidental que lutou o melhor que pôde e encontra-se diante de perspectivas desesperadas rende-se ao inimigo. Consideram-se ainda seus contingentes dignos soldados, e mediante acordo internacional seus nomes são enviados aos países de origem, para que as famílias saibam que estão vivos. Não se tornam desacreditados como soldados, cidadãos, ou mesmo no seio de suas famílias. Os japoneses, porém, definiam de maneira diferente a situação. A honra ligava-se à luta até a morte. Numa situação desesperada, um soldado japonês deveria matar-se com a sua derradeira granada de mão, ou atacar desarmado o inimigo, numa avançada suicida em massa. Não deveria, porém, render-se. Mesmo se fosse aprisionado ferido e inconsciente, nunca mais “poderia andar de cabeça erguida no Japão”, estava desonrado, “morto” para a sua antiga vida.

É óbvio que havia ordens militares nesse sentido, entretanto, pelo menos manifestamente, não houve necessidade de doutrinação oficial especial na frente de combate. O exército obedecia de tal modo a este código que na campanha do Norte da Birmânia a proporção dos capturados para os mortos foi de 142 para 17.166, representando uma proporção de 1:120. E dos 142 em campos de prisioneiros, com exceção de uma pequena minoria, todos encontravam-se feridos ou inconscientes quando capturados; somente muito poucos haviam “capitulado” sozinhos ou em grupos de dois ou três. Nos

* Noticiado no *Washington Post*, de 15 de outubro de 1945.

exércitos das nações ocidentais constitui quase um truísmo não poderem as tropas suportar a morte de um quarto a um terço do seu contingente sem render-se; as rendições ocorrem cerca de 4:1. Entretanto, quando pela primeira vez em Hollandia rendia-se um número apreciável de soldados japoneses, a proporção era de 1:5, o que constituía um considerável aumento com relação a 1:120 do Norte da Birmânia.

Para os japoneses, portanto, os americanos que se haviam tornado prisioneiros de guerra estavam desonrados pelo simples fato da rendição. Constituíam “bens danificados”, mesmo quando os ferimentos, a malária ou a disenteria não os haviam colocado fora da categoria de “homens completos”. Muitos americanos notaram como era perigoso o riso americano no campo de prisioneiros, como melindrava os guardas. Aos olhos dos japoneses, eles haviam sofrido ignomínia, sendo penoso para os mesmos que os americanos o ignorassem. Igualmente, muitas das ordens que os prisioneiros americanos tinham de obedecer eram as que também haviam sido exigidas de seus guardas japoneses por parte de seus oficiais; as marchas forçadas e os transbordos apinhados eram comuns para eles. Referem também os americanos de como as sentinelas exigiam rigorosamente que os prisioneiros encobrissem infrações do regulamento: o grande crime era infringir abertamente. Nos campos em que os prisioneiros trabalhavam durante o dia fora, em estradas ou instalações, o regulamento de que não poderiam trazer consigo nenhum alimento do campo era às vezes letra morta — se as frutas e os vegetais fossem escondidos. Se estivessem à vista, constituía um evidente delito, no sentido de que os americanos haviam desrespeitado a autoridade da sentinela. O desafio aberto da autoridade acarretava terrível punição, ainda que se tratasse de um mero “retrucar”. Mesmo na vida civil, os regulamentos japoneses são muito severos com respeito aos que viessem a retrucar ordens; nesses casos, as suas praxes militares puniam duramente. Não constitui exoneração das atrocidades e crueldades arbitrárias as distinções ocorridas, nos campos de prisioneiros, entre estes atos e aqueles que eram conseqüências de hábitos culturais.

Especialmente nas fases iniciais do conflito, a vergonha da captura era reforçada por uma convicção muito

comum entre os japoneses de que o inimigo torturava e matava todos os prisioneiros. O boato de que haviam passado tanques por cima dos corpos dos aprisionados em Guadalcanal espalhou-se por quase todas as zonas. Do mesmo modo, alguns japoneses que tentavam entregar-se, eram encarados com tanta reserva por parte de nossos soldados a ponto de serem mortos como precaução, o que freqüentemente justificava as suspeitas japonesas. Um japonês, para quem nada mais restava senão a morte, freqüentemente orgulhava-se de levar consigo um inimigo ao morrer; poderia fazer isso mesmo depois de capturado. Decididos, conforme expressou um deles, “a serem queimados no altar da vitória, seria uma desonra morrer sem consumir um feito heróico”. Tais possibilidades punham de sobreaviso nosso exército e diminuíam o número de rendições.

A vergonha da rendição ardia profundamente na consciência dos japoneses. Aceitavam tranqüilamente uma conduta estranha às nossas convenções de guerra. As nossas lhes eram do mesmo modo estranhas. Referiam-se com indignado desprezo aos prisioneiros de guerra americanos que *pediam* fossem seus nomes levados ao seu governo, a fim de que suas famílias soubessem que estavam vivos. A soldadesca, pelo menos, achava-se inteiramente desprevenida para a rendição das tropas americanas em Bataan, pois supunham que eles iriam resistir à maneira japonesa. Não conseguiam aceitar o fato de que os americanos não tivessem vergonha de serem prisioneiros de guerra.

A mais melodramática diferença de conduta entre soldados ocidentais e japoneses foi sem dúvida a cooperação dada aos aliados por estes últimos como prisioneiros de guerra. Eles desconheciam quaisquer regras de vida aplicáveis nesta nova situação; achavam-se desonrados e sua vida como japoneses findara. Somente nos últimos meses de guerra é que mais do que um punhado deles imaginou um retorno à pátria, não importando como terminasse a guerra. Alguns pediram para ser mortos, “mas, como os costumes de vocês não permitem isto, serei um prisioneiro modelo”. Eles foram mais do que prisioneiros modelos. Veteranos militares, por muito tempo nacionalistas extremados, localizaram depósitos secretos de munições, revelaram

minuciosamente a distribuição das forças japonesas, redigiram nossa propaganda e voaram junto com os nossos pilotos bombardeiros, a fim de guiá-los para alvos militares. Era como se houvessem virado uma nova página: o que estava escrito na nova página era o oposto do que constava na antiga, mesmo assim, as linhas eram proferidas com a mesma fidelidade.

Não é esta, evidentemente, a descrição de todos os prisioneiros de guerra. Havia alguns poucos irreconciliáveis. De qualquer modo, era necessário estabelecerem-se determinadas condições favoráveis, antes que tal conduta fosse possível. Compreensivelmente, os comandantes militares americanos mostraram-se hesitantes em aceitar nominalmente o auxílio japonês, havendo campos em que não se encetava nenhuma tentativa de utilizar quaisquer serviços que eles pudessem oferecer. Nos campos em que assim sucedia, entretanto, a suspeita primitiva teve de ser retirada e uma dependência cada vez mais acentuada foi conferida à boa fé dos prisioneiros japoneses.

Os americanos não haviam esperado esta reviravolta por parte dos prisioneiros de guerra. Não estava de acordo com os nossos preceitos. Mas, os japoneses procediam como se, depois de dar tudo de si e falhar na linha de conduta assumida, enveredassem naturalmente por uma outra. Seria um modo de agir com o qual poderíamos contar nos dias de pós-guerra ou seria uma conduta peculiar a soldados que haviam sido capturados individualmente? A exemplo das demais peculiaridades da conduta japonesa que se nos impuseram durante a guerra, surgiram indagações a respeito de toda a maneira de viver a que eles estavam condicionados, o modo pelo qual funcionavam suas instituições, além dos hábitos de pensamento e ação que haviam aprendido.